

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCUS AURÉLIO POLY

A CAPOEIRA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

CURITIBA

2015

MARCUS AURÉLIO POLY

A CAPOEIRA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Especialista em
Educação nas Relações Étnico-raciais,
Departamento do Núcleo de Estudos Afro-
Brasileiros da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Lilianny Rodrigues Barreto dos
Passos

Curitiba

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCUS AURÉLIO POLY

A CAPOEIRA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação nas Relações Étnico Raciais, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Mestre Lilianny Rodrigues Barreto dos Passos
Orientadora- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
Universidade Federal, UFPR

Prof^a Mestre Ana Caroline Goulart
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
Universidade Federal, UFPR.

Prof^a. Mestre Judit Gomes da Silva
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
Universidade Federal, UFPR.

Curitiba, novembro de 2015.

A Deus, princípio maior de amor que move o mundo.

A minha esposa Juliana, pela paciência, dedicação e amor.

A minha filha Isadora, luz e alegria em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Lilianny Rodrigues Barreto dos Passos, pela paciência e dedicação na caminhada de elaboração desta pesquisa.

A todos os amigos que me auxiliaram na busca de mais conhecimento acerca de minha tão amada arte Capoeira.

Aos meus queridos e amados alunos que, desde o início de minha profissão, foram e continuam sendo minha fonte de inspiração na busca de melhorar a cada dia como profissional e ser humano.

“O capoeira não é aquele que sabe
movimentar o corpo, é sim o que se
deixa movimentar pela alma”.

(Mestre Pastinha)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo realizar uma pesquisa acerca das contribuições pedagógicas da Capoeira nas aulas de Educação Física em escolas de educação básica. A partir de um levantamento bibliográfico, procurou-se relacionar a prática da Capoeira, como conteúdo previsto na Lei nº 9394/96-LDB e a Lei nº. 10.639/03 nas aulas de Educação Física, atrelada à concepção teórica de corporeidade que permeia a disciplina na contemporaneidade. É por meio desta concepção que analisamos a inserção da prática de Capoeira, como conteúdo, das aulas de Educação Física. Entendemos que a Capoeira, como movimento do corpo colabora para a consciência corporal entre nossos (as) educandos (as) e é um importante momento de comunicação com seus semelhantes. Contudo, para além de movimento, neste trabalho, problematizamos as contribuições pedagógicas que a Capoeira para a valorização da História e Cultura Afro-brasileira e Africana tornando-se referencial na superação do racismo, preconceito e discriminação dos conhecimentos da população negra na escola.

Palavras-chave: Capoeira. Educação Física. Corporeidade. Lei Nº 10.639/03.

ABSTRACT

This study aims to conduct a survey about the educational contributions of Capoeira in physical education classes in elementary schools. From a literature review, we tried to relate the practice of Capoeira, as provided content in Law N^o. 9394 / 96- LDB and the Law N^o 10.639 / 03 in Physical Education classes, linked to the theoretical concept of physicality that permeates the discipline nowadays. It is through this concept that we analyze the inclusion of the practice of Capoeira, as content, the physical education classes. We understand that Capoeira as body movement contributes to the body consciousness among our (the) students (as) and is an important time to communicate with their peers. However, in addition to movement in this work we question the pedagogical contributions of Capoeira to the enhancement of History and Afro-Brazilian and African culture becoming reference in overcoming racism, prejudice and discrimination of knowledge of the black population in school.

Key words: Capoeira. Physical Education. Corporeality. Law N^o 10.639/03.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	14
2.1	EDUCAÇÃO FÍSICA E IDENTIDADE CORPORAL	18
3	A HISTÓRIA DA CAPOEIRA	25
3.1	A CAPOEIRA- PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL.....	34
4	CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS DA CAPOEIRA	37
4.1	A CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca da prática de capoeira, como conteúdo curricular nas aulas de Educação Física, em escolas da Educação Básica. Entende-se que a capoeira, como conteúdo curricular, colabora na implementação da Lei Nº 10.639/03, na medida em que supera o caráter de mera prática desportiva, colabora na valorização dos conhecimentos da cultura afro-brasileira, promove a reflexão sobre igualdade racial e estimula a socialização entre os seus praticantes. Para tanto, é necessário um olhar diferente sobre este conteúdo por parte dos professores/as de Educação Física.

Segundo Monteiro (2009, p. 127-128), espera-se que a Educação Física escolar promova atividades que levem à compreensão e integração do conhecimento, através do corpo e por meio de diferentes sensações. Esta autora afirma que o aluno (a) somente irá se apropriar do saber quando lhe for “permitido sentir, agir e pensar [...] viver a sua corporeidade” (MONTEIRO, 2009, p. 127). A autora referenciada ainda relata que o (a) educador (a) físico (a) deve estar preparado para superar a visão dualista que ainda permeia a Educação Física, e que isto somente será possível quando esta disciplina assumir seu papel na sociedade, contribuindo para a construção da cidadania de seus alunos.

Ancorado nos trabalhos de Medina (1987), Almeida (2003), Monteiro (2009) e Martineli e Mileski (2012), a respeito da Cultura Corporal e Corporeidade, neste trabalho reflito sobre a importância da diversidade de conteúdos, neste caso a Capoeira, que podem ser desenvolvidos nas aulas de Educação Física. Além disso, reflito acerca das possibilidades de estabelecer entre seus praticantes, uma relação diferente com o movimento corporal: uma integração do ser humano com seu corpo, o meio em que vive e seus semelhantes.

Como Professor de Educação Física e capoeirista¹, no cotidiano do ambiente escolar, deparei-me inúmeras vezes com o preconceito e a resistência por parte dos professores/as e da comunidade escolar, para a aplicação da Capoeira, como conteúdo curricular. Muitas vezes escutei, e ainda ouço as seguintes frases: “[...] não tenho conhecimento prático desta modalidade, então não vou trabalhar este conteúdo [...]”. Entretanto, uma mesma questão permeava meus pensamentos: “Se Quantos professores/as, acadêmicos/as, não dominam o conhecimento teórico ou prático de inúmeras modalidades, tais como, a dança, os esportes coletivos, a ginástica, entre outros, e ainda assim os incluem em suas práticas pedagógicas? Por que não podemos incluir a capoeira, como conteúdo curricular, sem sermos capoeiristas?”.

A disciplina de Educação Física, em sua atual concepção vem buscando reformular seus paradigmas a respeito das concepções do movimento corporal, buscando problematizar as possibilidades do ensino-aprendizagem da Capoeira. Enquanto manifestação cultural, a capoeira, nos permite trazer para a sala de aula os conhecimentos afro-brasileiros, com o mesmo status de importância que os conhecimentos europeus, na medida em que faz uso de elementos e conhecimentos culturais da população afro-brasileira e africana por meio da música, o ritmo, a dança, os rituais, o jogo, a luta.

Estes conteúdos e conhecimentos que podem e devem ser problematizados em sala de aula, de modo multi e/ou interdisciplinar, no sentido de desconstruir preconceitos e estereótipos em relação à população negra, colaborando na superação do racismo. Além disso, a capoeira como

¹ Minha iniciação com a Capoeira foi no ano de 1985, na cidade de Araucária/ PR, quando o Mestre “Periquito”- Jorge Luiz de Freitas, iniciou seus trabalhos nesta cidade. Durante cinco anos fui seu aluno, porém, por fatores políticos e mudanças nas práticas esportivas da cidade, a capoeira passou a ser ministradas por outros professores e mestres. Em 1989 passei a fazer parte do Grupo Muzenza de Curitiba, ao qual permaneci até o ano de 1994, onde por motivos profissionais tive que me afastar do cenário da Capoeira. Em 1997, no período de acadêmico da Educação Física conheci o “Grupo Abadá Capoeira”, por intermédio de uma colega de turma- Lorena de Fátima Nadolny, onde reencontrei o Professor Jorge Luiz de Freitas, então “Mestre Periquito Verde”, e nos quatro anos do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da PUCPR, com a vivência desta manifestação corporal, direcionei sua prática no âmbito escolar.

conteúdo, torna-se também um instrumento de compreensão da presença da população negra na formação histórica de nossa sociedade.

No primeiro capítulo deste trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, abordo as concepções teóricas que permearam a disciplina de Educação Física no Brasil, entre o final do século XIX até a atualidade. Primeiramente, ainda no século XIX até o início do século XX, período que a disciplina sofreu forte influência dos métodos europeus - alemão sueco e francês. A partir de 1930, a influência foi das ciências biológicas com objetivo higienistas, eugenistas e nacionalistas. Posteriormente, nas décadas de 1940 a Educação Física buscou por meio da Pedagogia, estabelecer a educação dos alunos (as) através das práticas ginásticas e desportivas. O período posterior ao golpe militar de 1964 foi marcado pelo tecnicismo e centralizada na busca de potenciais para o esporte de rendimento nas aulas de Educação Física, fato que perdurou até o final da década de 1970. No período de redemocratização e abertura política, nos anos de 1980 foi fundamental para a abertura de congressos para a discussão da disciplina em face da crise instaurada no setor e dos cursos de mestrado na área de Educação Física. Na década de 1990, com a aprovação de Lei Nº 9394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Física encontrou novos horizontes teóricos e metodológicos, sendo que hoje, por meio da concepção de corporeidade, “[...] vem se desvinculando da mecanização do movimento e da medicalização da cultura corporal” (MEDINA, 1987, p. 46).

No segundo capítulo deste trabalho apresento, por meio de um levantamento bibliográfico, a história da Capoeira e suas origens como luta de resistência por parte de africanos escravizados no Brasil, entre os séculos XVII e XVIII. A perseguição que a Capoeira e os capoeiristas sofreram, como repressão imposta às manifestações culturais da população negra no período do Brasil Império e Pós-Republicano, até a década de 1930, quando sua prática passou a ser permitida, sendo retirada do Código Penal Brasileiro². Na atualidade, o seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial Brasileiro pelo

² Segundo Macul (2008, p. 53-54), O Código Penal de 1890, no Capítulo XII, art. 402, 403 e 404, se referiam às penas impostas aos capoeiristas na época. No segundo capítulo deste trabalho há uma maior abordagem ao tema.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2008 e, em 2014 como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO³.

No terceiro capítulo abordo a prática da Capoeira, como conteúdo curricular da disciplina de Educação Física, e suas contribuições pedagógicas nas escolas da Educação Básica, colaborando na aplicação da Lei Nº 10.639/03. Desse modo, com base nas concepções de corporeidade propostas por Medina (1987), Almeida (2003), Monteiro (2009) e Martineli e Mileski (2012), discutido no primeiro capítulo, compreendemos que a diversidade de conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física, a partir do movimento corporal leva a uma integração do ser humano com seu corpo, o meio em que vive e seus semelhantes. Desta maneira, por meio da capoeira, podemos estabelecer entre seus praticantes uma relação diferente e importante com a cultura afro-brasileira e africana.

³ De acordo com Neto e Cunha Filho (2015, p. 11), a UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

2 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Segundo Bolino (2004, p. 3), a história da Educação Física no Brasil teve início em 1851, com a “Reforma Couto Ferraz⁴”, que a tornou obrigatória nas escolas dos municípios da Corte. Na época houve muita contrariedade por parte dos pais e mães, principalmente em relação às meninas e seu envolvimento em atividades sem caráter intelectual, conforme relata os PCNs (BRASIL, 1997, p. 18).

Com o Projeto Nº 224⁵, Bolino (2004, p.3) destaca que Rui Barbosa, em 1882 defendia a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de Educação Física às demais disciplinas. Esta autora ainda enfatiza que nesse período, a prática de exercícios físicos na escola, voltava-se para o desenvolvimento de um corpo saudável, com o objetivo de sustentar as atividades intelectuais.

Entre o final do século XIX e início do século XX, Bolino (2004, p. 4) relata que a disciplina de Educação Física no Brasil, foi influenciada por referenciais teóricos e metodológicos de treinamento europeu, com influência higienista⁶. Nos anos de 1930, Albuquerque (2009, p. 2250) menciona que, com a ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, principalmente na

⁴ Limeira e Schueler (2008, p. 39) relatam que foi Luis Pedreira do Couto Ferraz – Ministro dos Negócios do Império o responsável pelo Decreto Nº 1331, que estabelecia o Regulamento da Instrução Primária e Secundária dos Municípios da Corte em 17 de fevereiro de 1854. Neste período o acesso à educação era restrito a população livre, excluindo os escravizados e seus do processo de escolarização.

⁵ Segundo Bolino (2004, p. 3), o Projeto nº 224 - Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879, denominado “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instituição Pública”, defendeu a inclusão da ginástica nas escolas. Este projeto procurou atender aos interesses da época, dispensando o tratamento de gênero, destinando ao perfil masculino o desenvolvimento das destrezas ginásticas e, às mulheres, as atividades calistênicas (exercícios realizados com o peso do próprio corpo), que eram julgados como mais adequadas às características femininas.

⁶ Bolino (2004, p. 4-5) afirma que, através dos governos pós-república, as ações para buscar a higienização da população, usava o Professor de Educação Física para ensinar boas maneiras e até práticas sanitárias aos indivíduos, com o objetivo de melhorar os hábitos de saúde da população brasileira e que os exercícios físicos contribuíssem para a construção de hábitos saudáveis.

Alemanha e Itália, e suas teorias de eugeniação da raça⁷ e preparação pré-militar e patriotismo influenciaram fortemente a disciplina da Educação Física brasileira.

Segundo Lucena *apud* Barreto e Gruppi (2008, p. 7), a disciplina e a ordem estavam voltadas para a intenção de preparar a juventude brasileira no cumprimento de deveres com a defesa da nação. Barreto (2007, p. 7), comenta que a Educação Física era ministrada por instrutores com formação das forças armadas, fato esta que influenciou fortemente a Educação Física até a metade do século XX.

De acordo com Bolino (2004, p. 14), no o final do Estado Novo⁸, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, nº 4024/61, o art. 22, que tornava as aulas de Educação Física de caráter obrigatório, ao ensino primário e médio. Barreto e Gruppi (2008, p. 7), destacam que neste período, os debates sobre o sistema de ensino brasileiro se proliferaram, tentando torná-la uma disciplina educativa. Estes autores também mencionam que, como o esporte passou a ocupar maior espaço na Educação Física, o caráter tecnicista após 1964 visava tornar a mão de obra mais qualificada por meio da educação, atendendo os anseios da sociedade daquela época.

Na década de 1970, pela influência do governo militarista, fortemente influenciada pelo governo anterior, Bolino (2004, p.8) menciona que a Educação Física brasileira foi focada na busca do desenvolvimento e o aprimoramento das forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do aluno. Metzner e Rodrigues (2011, p. 4) comentam que a exaltação do nacionalismo exercia um papel de distração acerca dos problemas sociais que acometiam o Brasil naquela década. Estes autores destacam a Educação Física destituiu-se de seu papel educacional, fato este que levou anos mais tarde a uma crise de identidade no setor. Para Barreto e Gruppi (2008, p. 8), o esporte de alto

⁷⁷ Segundo Albuquerque (2009, p. 2250), esta influência pregava o aspecto da melhoria e fortalecimento das raças.

⁸ Molina (1997, p. 72), relata que a doutrina do Estado Novo foi fundada por Getúlio Vargas, nos quais os ideais de revolução de 1930 centralizaram e fortaleceram o governo federal durante 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945. Esta constituição de governo pregava que o Estado era a única instituição capaz de garantir a coesão, garantindo a realização do bem do público.

rendimento foi introduzido na disciplina com fins de representar a pátria, fazendo surgir uma linha mecanicista na Educação Física.

Mariano (2005, p. 13) argumenta que, com a abertura política a partir da década de 1980, houve uma maior inserção de professores de Educação Física nos programas de pós-graduação em nível *strictu sensu*, destacando que este fato faz surgir um questionamento no papel desta disciplina no currículo escolar. Apesar disso, Machado (2011, p. 6) enfatiza que este fato fez surgir uma nova modelagem nos processos de formação dos cursos de graduação e pós-graduação, se concretizando na produção teórica, luta política e num movimento crítico dos profissionais da área denominado “Movimento Renovador da Educação Física Brasileira⁹”.

Ainda nesta mesma linha de considerações, Metzner e Rodrigues (2011, p. 4.) destacam que a forte pressão dos profissionais de Educação Física da época, levou a uma forte reflexão na formulação dos componentes estruturantes desta disciplina. Machado (2011, p. 7) completa esta linha de pensamento ao enfatizar que para a Educação Física ainda faltava uma matriz científica própria, que fornecesse uma sustentação prática e teórica, diferente de outras áreas como a biologia na medicina. Segundo este autor, é na Cultura Corporal que, influenciada pelos ideais marxistas da época, surge a Ciência Motricidade Humana como base científica para a Educação Física. Este fato gerou tensões e discussões que influenciaram o sistema de educação da época.

Albuquerque (2009, p. 2254) relata que uma crise de identidade se instaurada no setor da Educação Física, serviu de estímulo para o surgimento de um conjunto de propostas para superação dos problemas enfrentados, formulando novas propostas pedagógicas, que contribuíssem para uma formação mais ampla do aluno (a). De acordo com Metzner e Rodrigues (2011, p. 4), nesta época se buscava um sentido pedagógico que levassem o ser humano a uma formação integral (corpo, alma, mente e sentimento).

⁹ Segundo Caparroz (2005, p. 12), houve a ideia de constituir um movimento renovador na Educação Física, entre 1980 e 1990, com a elaboração de trabalhos que contribuíram para um avanço qualitativo nas práticas e pressupostos teóricos, superando os das décadas anteriores, baseados na hegemonia médica e no higienismo.

Segundo Mariano (2005, p. 14), a partir da década de 1990, surge a Metodologia Crítico-Superadora¹⁰ que, tendo como base, os ideais marxistas, tornando como objeto de estudo para a Educação Física a Cultura Corporal, não priorizando mais o lado da técnica gestual dos movimentos corporais. A despeito deste assunto, este autor entende das características que cada grupo social possui, bem definidas quanto ao gesto corporal dado ao movimento humano pode ser definida como Cultura Corporal.

Atualmente, apesar do reconhecimento da Educação Física com a reformulação da LDB, Lei 9394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996, Mentzer e Rodrigues (2011, p. 5) reafirmam que: “A Educação Física mostrou-se mutável e, a cada dia, vai criando uma identidade própria cada vez mais concisa e concreta, encontrando seu espaço dentro da história, da sociedade, da vida e do cotidiano das pessoas” (MENTZER; RODRIGUES, 2011, p. 5).

Os PCNs (BRASIL, 1997, p. 22) relatam que, embora haja este reconhecimento da Educação Física, ainda há uma marginalização desta disciplina em relação à adequação dos horários em que ela é realizada: a prioridade sempre é para as outras disciplinas, sem levar em conta a sua prática, acerca das necessidades de adequação dos horários (a exemplo do final da manhã e início da tarde, com o sol a pino). Mariano (2005, p.33) enfatiza que este fato pode estar associado à falta de atualização de alguns profissionais, pois muito se tem avançado no meio acadêmico e nas legislações, de forma a sustentar as práticas escolares da Educação Física.

¹⁰ De acordo com Madlener e Pereira Netto (2009, p. 7215), a Metodologia Crítico-Superadora tem como finalidade a formação de sujeitos (as) críticos, autônomos, conscientes de sua real condição histórica e compreendam que são eles (as) mesmos (as) os responsáveis e interventores da construção de sua realidade.

2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E IDENTIDADE CORPORAL

Como apresentado anteriormente, até a década de 1970 a Educação Física sempre esteve embasada numa visão militarista e higienista. No capítulo anterior foi relatada a forte influência europeia que esta disciplina teve na busca do *adestramento*¹¹ dos corpos, a saúde física e mental, ancorada em uma visão dualista¹², à qual corpo/mente eram vistos separadamente.

Segundo Silva e Ferreira (2012, p. 668), no final do século XX a Educação Física tem buscado novos paradigmas para nortear seu eixo pedagógico, pois durante muito tempo teve seus embasamentos nas ciências naturais (Biologia, Bioquímica etc.), e humanas¹³. Segundo estes autores, esta disciplina estava direcionada para a busca da saúde e esporte de alto rendimento.

Medina (1987, p. 33) afirma que com o crescente interesse da atividade física e seus benefícios por parte dos pesquisadores da medicina, fisioterapia, filosofia e da psicologia, fez a Educação Física, que sempre teve suas bases voltadas para o esporte, preocupar-se com um novo tema: o corpo e seu significado.

Ao referir-se a respeito do significado do corpo, Medina (1987, p. 24) enfatiza que a Educação Física, ao usar seu instrumento de trabalho- o corpo humano, irá crescer e evoluir, quando compreender e perceber que o sentido

¹¹ Para Monteiro (2009, p. 28), com o passar dos séculos, o homem percebeu que os corpos poderiam ser disciplinados, controlados e usados como instrumentos de transformação e controle do meio em que vivem.

¹² De acordo com Japiassú e Marcondes (2001, p. 57), na Filosofia, o termo “dualismo” é frequentemente empregado em referência a Descartes, cujo sistema filosófico repousa no dualismo do pensamento e da extensão, portanto, doutrina segundo a qual a realidade é composta de duas substâncias independentes e incompatíveis: corpo e mente (alma).

¹³ Segundo Velozo (2010, p. 82), para corroborar Silva e Ferreira (2012, p. 668), as ciências humanas caracterizaram a Educação Física como uma disciplina com caráter multi e interdisciplinar do conhecimento, caracterizada pela pesquisa com a finalidade de intervenção pedagógica, articulando teorias e métodos de outras ciências.

da relação do ser humano com seus semelhantes e o mundo que o cerca (corporeidade). Segundo este autor, faz-se necessário uma revolução em nossa cultura, para promover uma Educação Física mais humanizada.

Ainda nesta mesma linha de considerações, Medina (1987, p. 35-36) reforça sobre a necessidade de uma reflexão acerca do papel do Professor (a) de Educação Física na sociedade (escola), buscando uma nova pedagogia corporal. Segundo este autor, as questões que fundamentam as concepções de corpo da Educação Física, fazem surgir a necessidade de uma base teórica que supere a segmentação corpo/mente, ou seja, que possibilite uma prática que irá além dos antigos paradigmas higienistas. Suas reflexões tomam como base as relações estabelecidas do corpo humano com o meio que o cerca e também com o seu semelhante.

Medina (1987, p. 45-46) enfatiza que, ao identificarmos nossa individualidade como seres humanos, integrados ao universo ao qual fazemos parte, surge uma profunda relação com o sentido que damos ao(s) movimento(s) que executamos, seja no trabalho, lazer, esporte ou nas atividades diárias. Acerca disto, Medina (1987, p. 46) conclui:

Se pensarmos em um corpo apenas de carne, pele, ossos e alguns órgãos acessórios, evidentemente chegaremos à conclusão de que o homem é muito mais do que isso. Da mesma forma, se considerarmos o homem como um ser composto de corpo, mente e alma, e não o percebermos em sua unidade e totalidade, estaremos, quando muito, percebendo particularidades significativas. (MEDINA, 1987, p. 46)

Martineli e Mileski (2012, p. 2) relata que Congressos e Fóruns¹⁴ começam a tratar da temática para discutir a “cultura e o corpo”, com a participação de grupos de estudo da comunidade acadêmica das universidades

¹⁴ De acordo com Silva (2010, p. 18-22), os principais congressos e fóruns foram: Simpósio Internacional de Ciências do Esporte- CELAFISC, em outubro de 1978, em São Paulo, Congresso Brasileiro Científico da FIEP (Federação Internacional de Educação Física), em Foz do Iguaçu/PR em janeiro de 1986, Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde, 1997 em Florianópolis/SC, Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa em 1999, realizado na cidade de São Paulo/SP e o I Congresso Pan-Amazônico de Educação Física e Esporte, realizado em Porto Velho/RO em 2008.

brasileiras, desenvolvendo trabalhos, dissertações e teses sobre o corpo/corporeidade/cultura corporal.

De acordo com Bonfim (2005, p. 1-2), nas últimas décadas a Educação Física tem vivenciado vários questionamentos e indagações acerca da compreensão do corpo e seu significado. Segundo esta autora, compreender o significado de corporeidade é, tomar como referência a vivência e experiência do ser humano com ele próprio, seus semelhantes e o mundo que o cerca. Surge a questão do entendimento: o que é a corporeidade nas aulas de Educação Física?

A despeito disso, Monteiro (2009, p. 125) afirma que “[...] para compreender o sentido de corporeidade é necessário o entendimento da concepção holística de corpo e mundo, os quais são dinâmicos e mutáveis”. Monteiro (2009, p. 23) destaca que:

A compreensão de mundo, de homem e de corpo que permeia as aulas de Educação Física não é a mesma que contempla a corporeidade, mas aquela que privilegia o corpo como mecanismo fisiológico, passível de ser aprendido através das ciências. O corpo que os professores conhece é aquele apresentado nas aulas de Anatomia, disposto nas mesas para estudo dos sistemas. Como o professor pode entender a corporeidade se o que fundamenta seu entendimento de corpo é uma peça sem vida em cima de um balcão? Nesse ponto a Educação Física é muito influenciada pela visão médica do corpo humano, uma visão que o retrata como uma máquina, em perfeito funcionamento, devido a reações químicas e fisiológicas. (MONTEIRO, 2009, p. 23).

Esta fundamentação teórica vem de encontro ao pensamento de Medina (1987, p. 8), quando este autor faz a seguinte citação:

O homem é um ser incompleto e inacabado, e que as suas relações com os outros e o mundo o que o torna possível. O homem isolado é uma abstração. O homem concreto é aquele entendido no seu contexto, inseparável de suas circunstâncias, onde suas relações se fazem dinâmica e reciprocamente. (MEDINA, 1987, p. 08).

A partir deste conceito de corporeidade, desenvolvido por Monteiro (2009) e complementado por Medina (1987), compreendemos que o meio ao qual o ser humano vive e constrói suas relações, permeado pela cultura, irá formar o ser humano que, por sua vez constrói o mundo em que vive.

Segundo Almeida (2003, p. 55), a visão dualista baseada no paradigma cartesiano¹⁵, pelo qual o homem foi concebido na filosófica e teológica (desvinculada alma e corpo), influenciou a Educação Física ao longo de sua história.

Cabe citar o trabalho de Monteiro (2009, p.119), ao qual a compreensão da corporeidade é, antes de tudo, para esta autora um desafio. Esta autora afirma que devemos partir do princípio de que a compreensão holística de corpo e mundo é “[...] dinâmica e mutável” (MONTEIRO, 2009, p. 120). Sendo assim, entendermos o corpo humano como um instrumento de relacionamento com o meio em que vive os semelhantes que o cercam e todas as manifestações e experiências vivenciadas por essa estrutura física.

Almeida (2003, p. 54) enfatiza que a visão holística não admite fragmentações, e este autor destaca a busca de um sentido mais humanizado para o movimento corporal. Este autor relata que movimento se faz com emoção, sentimento, afeição, cognição, espiritualidade e cultura. Esta totalidade, sem fragmentações é para Almeida (2003, p. 56-58) o princípio da corporeidade. Este autor completa:

Entender o ser humano em uma perspectiva holística possibilitaria dar um salto qualitativo e bastante significativo para o rompimento e superação do paradigma a respeito do corpo. Paradigma este presente no contexto histórico da Educação Física. (ALMEIDA, 2003, p.58)

Almeida (2003, p.55) destaca que “A Educação Física ao longo de sua história não compreendeu o corpo de uma forma holística, integrada, completa

¹⁵ Segundo Japiassú e Marcondes (2001, p. 33) Filosofia própria de Renè Descartes (1596-1650), significa relativo a Descartes ou ao cartesianismo, como por exemplo: princípio cartesiano, doutrina cartesiana e também partidário ou seguidor de Descartes ou do cartesianismo.

e sem fragmentação” (ALMEIDA, 2003, p. 55), atuando de uma forma mecanizada, sem valorizar o ser humano na sua totalidade: físico, mental, espiritual e emocional. Desta forma, o autor citado afirma que o corpo e o movimento foram concebidos de uma maneira mecanizada e repetitiva, sem sentido. Baseada em um paradigma cartesiano¹⁶ que separa alma e corpo é como relata Almeida (2003, p. 55), quando ao “[...] reduzir o corpo somente ao aspecto físico é deixar de entender o ser humano de uma maneira integral” (ALMEIDA, 2003, p. 55).

Dessa forma podemos compreendemos o pensamento já proposto anteriormente por Medina (1987, p. 8), acerca da fragmentação do ser humano, reforçados por Martineli e Mileski (2012. p. 9), na seguinte afirmação:

A educação física então fruto da biologização e medicalização das práticas sociais é aquela que vem a erradicar os males produzidos pelo acirramento da exploração capitalista, foi estruturada a partir do ideário burguês de civilidade, representando os interesses desta classe dominante. Dentro da perspectiva histórica. O corpo foi submetido a um controle social e a Educação Física sistematizada exerce um controle das necessidades intrínsecas da disciplina: treinar e educar social e moralmente os corpos (MARTINELI; MILESKI, 2012, p. 09).

Para Martineli e Mileski (2012, p. 10), as bases teóricas que fundamentaram a Educação Física brasileira, buscando a superação da dicotomia corpo/mente, ainda estão num de um processo de transformação social. Estes autores ainda completam que os pressupostos teóricos que fundamentam os alicerces deste pensamento ainda precisam sofrer mudanças que devem ir além do ideal da sociedade capitalista. Estudos pautados nas relações sociais que o homem tem no mundo e sua capacidade de agir simbolicamente resultam na reconstrução da realidade dos gestos corporais e as realizações humanas nas dimensões sociais, psicológicas, fisiológicas e

¹⁶ Segundo Japiassú e Marcondes (2001, p. 33) foi um movimento intelectual suscitado por Renè Descartes, primeiro pensador a enfatizar o pensamento, na qual suas ideias se fundamentavam que a mente está totalmente separada do corpo físico. A mente pode, eventualmente, interagir com um corpo físico, contudo isso não existe no plano físico do corpo.

emocionais que iram permitir a construção do referencial teórico que irá estudar o corpo como um fenômeno fundamental de existência do ser humano.

Acreditamos que para melhor compreensão do ser humano na sua totalidade, sem fragmentações, a princípio deveria haver uma aceitação do próprio corpo pelo indivíduo, e nas aulas de Educação Física isso deve ser firmado.

Para Monteiro (2009, p. 120), a concepção holística não admite fragmentações e reducionismos, e compreender essa visão significa construir possibilidades de superação que levarão a Educação Física além do treinamento ou adestramento físico. Diante dessa perspectiva, Almeida (2003, p. 61) afirma que a concepção do corpo valoriza o ser humano “como um ser corporal, espiritual e racional sem fragmentação” (ALMEIDA, 2003, p.61).

Entendemos que o corpo humano, numa perspectiva holística, envolve além do corpo humano, a natureza e o universo ao qual estamos integrados. Almeida (2003, p. 57) reforça que compreender esse ser humano, na totalidade pela Educação Física, faz necessário desta disciplina contribuir na “[...] formação numa dimensão pessoal, educacional, cultural, política e social” (ALMEIDA, 2003, p. 57).

Na Capoeira a valorização do desenvolvimento do ser humano, sem fragmentações está presente. Oriunda da cultura dos povos africanos no Brasil, a Capoeira tem em suas bases a valorização do universo, do ambiente e do próprio corpo como uma manifestação do divino e do espiritual, concebendo uma visão holística do universo e de suas relações. Dessa maneira, sua prática e dinâmica, nos permite abordá-la por meio do conceito de corporeidade. É na Roda de Capoeira que o jogo acontece, e ela representa o mundo em que vivemos. Almeida (2003, p. 67), reforça este pensamento quando cita que para “[...] uma reflexão sobre o corpo que joga e o corpo lúdico é buscar ou apresentar uma proposta relevante para repensar a concepção antropológica com a qual trabalha a Educação Física” (ALMEIDA, 2003, p. 67).

Almeida (2003, p. 70) enfatiza que a Capoeira, enquanto o jogo supera o dualismo do corpo e da mente, concretizando a corporeidade, pois quando o

corpo joga não existe preocupação com o rendimento físico, se busca a harmonia, alegria e felicidade. É no jogo que o ser humano pode ser observado na sua totalidade.

3 A HISTÓRIA DA CAPOEIRA

Em 1535 deu-se o início do tráfico dos africanos escravizados para o Brasil, que, aconteceram em quatro ciclos, com uma distribuição geográfica bem distinta dos seus grupamentos étnicos¹⁷, como descreve Araujo e Jaqueira (2006, p. 7). De acordo com Macul (2006, p. 52), foi por volta de 1814 que, temendo possíveis rebeliões, os africanos escravizados com a mesma etnia foram separados como forma de reprimir qualquer manifestação negra cultural ou religiosa.

Souza (2006, p.97) descreve que os africanos escravizados que conseguiam fugir, se refugiavam em locais escondidos nas matas e serras muito bem fortificados conhecidos como quilombos¹⁸. Outro aspecto levantado pela autora citada, é que a fuga era a forma mais radical que os escravos tinham para escapar do jugo da servidão. Apesar disso, esta autora descreve que estas comunidades que viviam segundo a cultura e os costumes africanos da agricultura e tinham uma organização social muito bem definida.

Sobre a representação que estes quilombos representavam acerca da resistência à escravidão, Souza (2006, p. 98) descreve que o mais célebre e

¹⁷ Segundo Prandi (2000, p. 53-54), eram basicamente, sudaneses e bantos. Os sudaneses, que no Brasil, conhecemos pelos nomes genéricos de nagôs ou iorubás (mas que compreendem vários povos de língua e cultura iorubá, entre os quais os oyó, ijexá, ketu, ijebu, egbá, ifé, oxogbô, etc.), os fon-jejes (que agregam os fon-jejes-daomeanos e os mahi, entre outros). Os bantos, povos da África Meridional, estendendo-se para o sul, logo abaixo dos limites sudaneses, compreendendo as terras que vão do Atlântico ao Índico até o cabo da Boa Esperança, como os ganguela, os iaco-cuango-casai, macua, quicongo, quibundo, quicongo, quinguana, quico, rongá, suaile, suto, tonga, xona e umbundo.

¹⁸ De acordo com Souza (2006, p. 68) ao norte da atual Angola, no antigo reino do Congo, mais ao sul a partir da ilha de Luanda, sociedades imbagalas, que eram formadas por guerreiros que viviam de saquear pastores e agricultores, roubavam as crianças em idade de receber treinamento militar e construía aldeias fortificadas que não se fixavam por muito tempo num mesmo lugar. Os Quilombos, nome pelo qual ficaram conhecidos seus acampamentos, a princípio designava o rito de iniciação que marcava o ingresso de um novo guerreiro no grupo. Esse também era o nome, tanto na África central como no Brasil dos agrupamentos de escravos fugidos.

quilombo conhecido foi o de Palmares, situado na Serra da Barriga, estado do Alagoas, e que abrigava em torno de 50.000 pessoas que viviam de forma muito organizada e “[...] usavam as técnicas de guerrilha muito semelhantes às usadas pelos *imbagas*” (SOUZA, 2006, p.97).

Macul (2008, p. 52) afirma que a escravidão teve influência no surgimento da Capoeira, como destaca Zuma *apud* Macul (2008), “[...] tornando-se uma arma contra os senhores do engenho e capitães-do-mato” (MACUL, 2008, p. 52). Porém, faltam referências documentais, devido ao fato de Rui Barbosa ter queimado os documentos oficiais referentes à escravidão no Brasil. Para Macul (2008, p. 50), a respeito do surgimento e origem da Capoeira existem três teorias: africana, afro-brasileira e brasileira. Este autor cita:

A mais aceita é a que identifica a Capoeira como manifestação afro-brasileira [...] se desenvolveu no Brasil no período da escravidão, como luta de resistência à violência contra os feitores e capitães do mato [...] inspirada em gestos de animais, rituais, costumes africanos e contato com os índios, a Capoeira foi criada por africanos e seus descendentes em território brasileiro durante o período da escravidão. (MACUL, 2008, p. 50).

Sobre a primeira vez que se fez referência ao termo “capoeira”, Macul (2008, p. 51) relata que foi num livro de 1712 publicado em Portugal – *Vocabulário Português e Latino de Bluteau*¹⁹, porém o termo mais aceito é de origem Tupi, apresentado por Soares em 1880: *caa-* mato, floresta virgem, mais, e *puêra-* que foi ou não existe mais. Para Penteado Junior (2001, p. 13), o vocábulo também é apresentado como uma espécie de perdiz pequena que anda em bando e no chão nas regiões de campo no centro-sul do Brasil e que caracteriza essa ave em períodos de acasalamento, em que os machos disputam as fêmeas e delimitam territórios.

¹⁹ Segundo a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, o “Vocabulário Português e Latino”, de autoria do padre D. Raphael Bluteau foi publicado em Coimbra, Portugal, entre os anos de 1638 e 1734. Foram impressos no “Collegio das Artes da Companhia de Jesus”. Tinha oito volumes, com dois volumes complementares.

Acerca dos elementos africanos presentes na Capoeira, Souza (2006, p. 131) ressalta que estes são evidentes: os instrumentos musicais (tambor e berimbau), a formação em roda, a ginga, os ritmos, muitas das letras dos pontos cantados, os passos da dança. Porém, a autora citada defende que foi apenas no Brasil que esses elementos se combinaram, resultando numa manifestação cultural nova, formada de contribuições de várias etnias.

A favor dessa linha de interpretação estão alguns relatos dos séculos XVII e XVIII que descrevem lutas marciais, chamadas *N'golo*, nas quais os combatentes se enfrentavam ao centro de rodas, ao som de tambores e palmas, dando golpes de pés e cabeça e tendo como apoio as mãos. Reforçando essa posição há o depoimento de Mestre Pastinha, que abriu a primeira academia de Capoeira Angola em Salvador da Bahia, em 1935, e contou “[...] ter aprendido a luta com um escravo vindo de Angola, chamado Benedito, que lhe ensinou que a Capoeira vinha da dança *N'golo*” (SOUZA, 2006, p. 131).

Segundo Araujo e Jaqueira (2006, p. 7-8), as bibliografias produzidas a partir da metade do século XX- como a referenciada por Manuel Quirino (1946), afirmam que a Capoeira é oriunda da região de Angola, derivada do *N'golo*, Spix e Martius (1817-1821), que a consideraram de origem *banto* na sua formação, Alceu Maynard, Edison Carneiro (1977) e Câmara Cascudo (1967) que, em seus trabalhos, admitiram ser a Capoeira oriunda de Angola. Mas estes autores alertam que a cientificidade etnográfica e etnológica, porém sem o devido aprofundamento científico.

Stotz e Falcão (2012, p. 102) relatam a existência de lutas africanas, como a *Laamb*²⁰, a *Kadja*²¹, o *N'golo*²², o *Moringue*²³ e o *Mrengé*²⁴, fazem uso da dança e música.

²⁰ Segundo Stotz e Falcão (2012, p. 99), *Laamb*, palavra do “wolof” que se traduz por “luta”, é uma luta encontrada em países como Benin, Nigéria, Costa de Marfim, Togo, Gana, Burkina e Mali, as lutas duram apenas alguns minutos, mas é precedida por horas de preparação física e espiritual, fanfarra e música. Há duas formas de *Laamb*: uma permite agarrar e se desvencilhar do oponente e os lutadores podem golpear seu oponente com as mãos nuas, a outra é mais acrobática, não sendo permitido bater no oponente. Para os dois estilos, vence aquele que conseguir levar o oponente ao chão, de modo que ele toque no chão com os joelhos, ombros ou costas.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, Lussac e Tubino (2009, p. 8) menciona que foi criada *Intendência Geral de Polícia da Corte do Estado do Brasil* em 10 de maio de 1808, e a capoeira passou a marcar presença na sociedade, através dos autos policiais da época. Segundo estes autores, uma forte repressão se fez presente a todas as manifestações culturais e religiosas de origem africana e a Capoeira despertava uma preocupação em especial por uma característica: as rodas de capoeira, as quais aconteciam nas ruas, praças e cais dos portos, à luz do dia e também durante a noite. Nessa época, os confrontos entre capoeiristas e policiais eram muito comuns.

A característica mais marcante desta manifestação cultural foi para Lussac e Tubino (2009, p. 9), o fato de que, durante muitos anos ela foi uma luta de resistência a perseguições e os maltratos sofridos pelos africanos escravizados no Brasil durante o período colonial. Estes autores destacam que a Capoeira esteve presente em vários momentos político-sociais do país, como na Guerra do Paraguai, e que, com o passar do tempo foi ganhando destaque nas manchetes dos jornais da época do final do império no Brasil. Muitos políticos se utilizaram da Capoeira como forma de reprimir e perseguir os

²¹ Para Stotz e Falcão (2012, p. 101) a Kadja é um misto de luta e dança praticada ao som de tambores e flautas pelo povo bassantché, no norte do Benin, nas festas em celebração pela colheita do inhame.

²² De acordo com Stotz e Falcão (2012, p. 102), o N'golo é uma prática corporal que mistura luta, dança e música. Seu significado “força ou poder” na língua kikongo, falada em algumas regiões de Angola e faz referência à maneira da zebra lutar. Durante os rituais de puberdade das moças da tribo, os pretendentes se enfrentavam ao centro de um círculo, animados por palmas, cantores, músicos e membros da tribo, num ritmo constante de canções de chamada e resposta, com uma resposta em coro dos presentes.

²³ Stotz e Falcão (2012, p. 103), relatam que nas ilhas Reunião (costa do Oceano Índico), o Moringue é outra luta muito semelhante à Capoeira, com os golpes e movimentos acrobáticos, porém não existe a ginga, movimento característico da Capoeira. Estes autores relatam que outra característica que chama atenção é o uso de apelidos pelo Moringue, ritual usado até os dias de hoje pela Capoeira, e possui o acompanhamento de músicas e palmas.

²⁴ Segundo Stotz e Falcão (2012, p. 103), o Mrengé de Mayotte, é fortemente enraizado nas tradições da Ilha de Madagascar, onde dois lutadores se enfrentam ao ritmo de dois ou três tambores e, em dado momento, no qual os ânimos se exaltam, as músicas zombam ou provocam alguém, adquirindo um escárnio semelhante às cantigas de capoeira. Nela é permitido lutar, usando qualquer parte do corpo, inclusive jogar areia nos olhos do adversário e atacá-lo pelas costas.

adversários, trapaceando as eleições por meio dos grupos conhecidos como “maltas²⁵ de capoeiras” (LUSSAC; TUBINO, 2009, p. 9).

Segundo Lussac e Tubino (2009, p. 9), após a Proclamação da República houve um forte combate e repressão à violência, para que fosse instaurada a ordem social pelo Estado. A Capoeira passou a ser um dos principais alvos da perseguição, sendo a prática quase extinta do cenário nacional naquela época.

Em relação à proibição da Capoeira, Macul (2008, p. 53) relata que o código Penal de 1890 coibia a prática desta atividade em ruas, praças e locais públicos, bem como quem fizesse uso dessa luta ou de seus instrumentos musicais. Este autor justifica que esta perseguição se deu devido ao preconceito contra esta manifestação corporal, pois os capoeiristas daquela época representavam uma resposta violenta às truculências impostas pelo Estado, que vigiava permanentemente os escravos libertos com policiais no Rio de Janeiro. Acerca das penas impostas aos capoeiristas, Macul (2008, p. 53-54) cita:

Lei imposta aos capoeiras- Decreto 847, de 11 de outubro de 1890.

Capítulo XII

DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Artigo 402 – Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta ou incutindo temor ou algum mal: Pena de prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo único – é considerada circunstância agravante, pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se importará a pena em dobro.

Artigo 403 – No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do artigo 400, pena de um a três anos em colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Parágrafo único – se for estrangeiro será deportado depois de cumprir pena.

Artigo 404 – Se nesses exercícios de “capoeiragem” perpetrar homicídios, praticar lesão corporal, ultrajar o pudor público, e

²⁵ Segundo Pentead Junior (2001, p. 37), as maltas de capoeiras eram grupos organizados, formados por foras da lei, negros, mestiços a até imigrantes brancos.

perturbar a ordem, a tranquilidade e a segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes. (MACUL, 2008, p. 53-54).

Ainda referindo-se à perseguição sofrida com a Capoeira, o trabalho apresentado por Silva (2011, p. 891), relata que a característica marcante deste período foi a exclusão, material e simbólica, imposta à população negra que praticava a Capoeira, que eram, na sua maioria, descendentes dos escravos.

Ao analisar as tensões entre as forças de poder e resistência do final do século XIX, Oliveira e Leal (2009, p. 53) apontam que a trajetória da capoeira no Brasil ficou conhecida como “uma história dos marginais” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 53), fato este que se sustenta nos autos policiais da época. Ainda segundo o trabalho destes autores, isto deve à peculiaridade que a Capoeira tem em sua história: os indivíduos que foram excluídos da sociedade naquele período, entre o fim do Império no Brasil e início da República, buscavam sua prática da Capoeira, uma reivindicação da identidade cultural da população negra, presente na construção de um país desde sua colonização.

De acordo com Silva (2011, p. 891), a Capoeira no Brasil, mesmo perseguida perpetuou até o início do século XX, quando em 1930 conquistou título de importante manifestação cultural brasileira no governo do presidente Getúlio Vargas. Apesar disso, esta autora relata que a Capoeira foi adequada às práticas desportivas da época e conquistou novos rumos e tornou-se um referencial da identidade brasileira, passando ser ensinada por mestres capoeiristas, com reconhecimento pelos seus saberes e talentos, porém fez-se exigência que o ensino da capoeira se restringisse a recintos fechados.

Em relação à política nacionalista instaurada no Brasil e sob o comando de Getúlio Vargas, Noronha e Pinto (2004, p. 124) mencionam que a Capoeira passa a ser tratada como “[...] ginástica nacional e símbolo da cultura brasileira” (NORONHA; PINTO, 2004, p. 124). Outro aspecto levantado por

estes autores é que o ensino da Capoeira viria de encontro com os ideais de disciplina e moralização do corpo, ideal este vinculado aos métodos da Educação Física que naquele período histórico tinha forte influência militar.

Para Noronha e Pinto (2004, p. 125), neste período houve uma dicotomia dentro da Capoeira: a Luta Regional Baiana (conhecida atualmente como Capoeira Regional), e a Capoeira Angola. Campos (2009, p. 53) enfatiza que a Capoeira Regional, criada por Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba), surgiu devido a um descontentamento por parte deste Mestre, que observava que a Capoeira mostrava um lado folclórico e comercial muito marcante na época, distanciando-se de sua essência guerreira.

Macul (2008, p. 55) destaca que Mestre Bimba, ao perceber a necessidade de valorizar a Capoeira para a sociedade, fez várias transformações em sua prática, como cita:

Retirou o atabaque da orquestra (formação instrumental da capoeira), pois acreditava que este era muito associado ao candomblé, fato este curioso, já que Bimba era Ogã (tocador de tambores no candomblé). [...] Na capoeira regional, mestre Bimba desenvolveu um método composto por oito seqüências de golpes e alguns balões ou cintura desprezada (saltos em dupla para o aprendiz perder o medo e aprender a cair), introduzindo na capoeira um aprendizado metódico. Bimba, durante certo tempo, só aceitou alunos que trabalhassem ou estudassem (teste de admissão) e impôs alguns pré-requisitos para aceitar seus alunos, tais como: suportar uma “gravata” (golpe asfixiante aplicado pelo Mestre) por um minuto sem chiar, “descer nas molas” (agachar na posição de cócoras), fazer uma “queda de rins” (movimento que o capoeirista apóia apenas as mãos no chão e sustenta o corpo em cima do cotovelo). [...] Mestre Bimba também desenvolveu a cerimônia de formatura nos moldes acadêmicos, com paraninfo e tudo mais, e atraiu a classe alta e a burguesia para a capoeira. Fez lutas no ringue desafiando outros lutadores na década de trinta para afirmar a sua capoeira enquanto luta, e entre outros. (MACUL, 2008, p. 55)

Em relação à Mestre Pastinha²⁶, Macul (2008, p. 56), menciona que a convite de outros capoeiristas da época (Jinjibirra e Amorzinho), foi escolhido para manter vivas as raízes da capoeira tradicional que foi chamada Angola. Macul (2008, p. 56) escreve:

Pastinha, junto aos demais angoleiros, mantinha acesa a chama do ritual, da mandinga, da subjetividade, do lúdico, da espontaneidade, da malícia e do fingimento, muito comuns na capoeira de outrora. Acreditava que o poder agressivo da capoeira não era o mais perigoso, e sim, a malícia. Ele propunha que o capoeirista se treinasse mentalmente imaginando situações críticas. A capoeira não deveria ser exercida para a valentia, mas sim, para a defesa da integridade física. Mestre Pastinha evidenciava a dualidade da capoeira através da metáfora do berimbau. Ele dizia que o berimbau na hora da alegria era um instrumento, mas na hora da dor, o mestre colocava uma foicezinha na ponta do instrumento e o manejava como uma arma branca. (MACUL, 2008, p. 56).

Para Souza (2006, p. 131), apesar de toda uma característica de luta na qual ela sempre foi caracterizada desde o seu surgimento, o período de perseguição e proibição até sua liberação, percebe-se que muito de sua filosofia foi preservada, ou seja, os elementos culturais que marcam essa manifestação corporal assumiram um papel de destaque. Segundo a autora referenciada, a Capoeira é uma luta dançada, a qual dois antagonistas dão golpes de pernas e cabeça, usando as mãos como apoio, saltando de lado e a outro, mostrando grande habilidade e força física, sendo uma das manifestações da cultura afro-brasileira mais difundida entre todas as classes sociais e também no exterior, onde disputa com o samba e o carnaval o lugar de símbolo do Brasil.

A origem da Capoeira ainda é um mistério, conforme afirma Macul (2009, p. 51), e mesmo considerando a existência de muitos rituais do Continente Africano que possuem semelhança à luta praticada no Brasil, acredita-se que, a diversidade cultural presente em nosso país pode foi

²⁶ Segundo Macul (2008, p. 7), Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981) foi iniciado na Capoeira por um negro de Angola, chamado Benedito, que via o menino apanhar sempre de outro mais velho e resolveu se oferecer para ensinar-lhe a se defender com a Capoeira.

fundamental na contribuição da invenção dessa manifestação corporal em território brasileiro.

Por outro lado, Araújo e Jaqueira (2006, p. 11) sugerem que, seja a Capoeira oriunda do Continente Africano ou criações dos escravos em território brasileiro, ainda restam muitas dúvidas devido à dificuldade em se referenciar ou buscar documentos de quais jogos, lutas e ritos praticados pelos grupos étnicos que foram traficados para o Brasil no período escravista.

Com base nos autores estudados anteriormente, observamos que a Capoeira foi influenciada por diversos fatores nos quase quatro séculos de sua existência. Usada inicialmente como arma de resistência frente aos abusos sofridos durante o período da escravização, passou por diversas transformações. Como um importante fenômeno antropológico que esteve marcado em diversos episódios na História do Brasil. De crime previsto no antigo Código Penal Brasileiro de 1890 que vigorou até a década de 1930, transformou-se em modismo mundial e num forte instrumento ideológico da luta dos excluídos da sociedade, pois sempre esteve ligada às ações sociais promovidas por educadores populares, com Mestre Bimba e Mestre Pastinha. Segundo Souza (2007, p. 4), foi devido a estes mestres que a Capoeira deixou de ser marginalizada, passando a ser ensinada em todo o território brasileiro.

3.1 A CAPOEIRA- PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

De acordo com Campos, (2015, p. 11), a busca de difundir a Capoeira no cenário da sociedade brasileira, inicialmente foi em 1907, como método de ginástica brasileira, porém se sucesso devido à sua proibição, pois segundo o Código Penal de 1890²⁷ a prática desta manifestação corpora era crime.

Após o reconhecimento da Capoeira como esporte nacional na década de 1930, Silva (2007, p. 69) destaca que houve uma abertura para uma maior inserção desta modalidade no cenário brasileiro. Segundo Campos (2015, p. 12-17), quando Mestre Bimba sistematiza o ensino da Capoeira Regional em 1937, fazendo com que esta atividade passe a fazer dos ambientes escolares. Para este autor, alguns educadores começam a visualizar outros aspectos apresentados pela Capoeira, como sua historicidade e musicalidade, despertando um interesse peculiar por esta manifestação popular de rico acervo cultural.

Outro fator importante na história da Capoeira, segundo Campos (2015, p. 13) foi o registro oficial da Capoeira junto a Confederação Brasileira de Pugilismo, em 26 de dezembro de 1972, fato este que levou junto ao Conselho Nacional de Desporto em 26 de dezembro de 1973 sua homologação como atividade esportiva. Este autor reforça que fato aproximou de forma significativa a Capoeira com a Educação Física.

Este espaço conquistado no meio acadêmico, como descreve Lussac e Tubino (2009, p. 130), foi o fator que alavancou a internacionalização da Capoeira a partir do final da década de 1980, fez com esta modalidade marcasse presença nos cinco continentes, sendo praticada em mais de 150 países, como destaca Souza (2006, p. 131), e reconhecida como um dos símbolos da cultura brasileira mais difundida no exterior.

²⁷ Conforme abordado no Capítulo 3, página 29.

Em relação à importância do componente histórico e cultural da Capoeira, Lussac e Tubino (2009, p. 13), afirmam que a cultura brasileira teve forte influência das instituições ligadas ao esporte e à Educação Física, levando esta prática corporal a ser “[...] hoje incentivada, protegida e amparada por Lei Federal²⁸, é considerada uma das práticas esportivas mais complexas e completas da humanidade” (LUSSAC; TUBINO, 2009, p. 14).

Com a Constituição Federal de 1988, no §1º do art. 216, reconhecendo e protegendo a Capoeira, Ferreira Neto e Cunha Filho (2013, p. 8-10) relatam que surge a base da proposta de fundamentar o registro da Capoeira como Patrimônio Cultural Brasileiro. Diante deste fato, Silva *et al* (2014, p. 4) descreve que o IPHAN, registrou o tombamento da Capoeira como patrimônio cultural em 15 de julho de 2008, através do “Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural de Brasil” realizada entre os anos de 2006 e 2007, vendo a necessidade de se preservar a história desta manifestação nos seus mais de três séculos de existência. Em fato disso, estes autores relatam que O IPHAN reconhece a Capoeira, através do Parecer 031/08 como uma manifestação de dança, luta e jogo presente em todos os estados do Brasil, sendo uma manifestação cultural significativa dos povos afro descendente.

Complementando este fato, em 11 de dezembro de 2013, através do parecer técnico 0523/2013, o reconhecimento da Capoeira se concretiza através do Projeto de Lei da Câmara Nº 31, de 2009, reconhece o Ofício do Mestre de Capoeira, anteriormente registrada no Livro de Registro das Formas de Expressão²⁹ em 21 de outubro de 2008 (Brasil, 2013, p. 1). Ferreira Neto e Cunha Filho (2013, p. 11), afirmam que este fato deu providências para a preservação das tradições desta manifestação corporal através da sua característica de transmissão oral na transmissão dos saberes.

²⁸ De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Capítulo II, Sessão IV Do Esporte e do Lazer, Art. 22 A Capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal, § 1º reconhecimento da atividade de capoeirista, § 2º faculta o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas de ensino.

²⁹ De acordo com Ferreira Neto e Cunha Filho (2013, p. 11), o Livro do Registro dos Saberes, disposto no inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.551/2000, onde nele são inscritos os conhecimentos populares dos cotidianos das comunidades.

Para Ferreira Neto e Cunha Filho (2013, p. 15-18) com a sanção da Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, incluindo a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira como um marco na luta dos direitos no povo negro no Brasil, resgatando as contribuições que esta população tem na formação da sociedade brasileira, especialmente nas áreas da educação, a Capoeira é “entendida atualmente como uma ferramenta educacional que pode ser utilizada para efetivação da lei supramencionada [...] Pode ser trabalhada em diálogo com diversas disciplinas do contexto escolar com a ajuda de diversos profissionais que compõem esse universo” (FERREIRA NETO; CUNHA FILHO, 2013, p. 17).

Atualmente, o Ministério da Cultura (Brasil, 2015) divulgou que a Roda de Capoeira recebeu, em 28 de novembro de 2014, pela UNESCO o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, após votação durante a 9ª sessão do Comitê Intergovernamental para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, após votação durante a 9ª sessão do Comitê Intergovernamental para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em Paris.

Lussac e Tubino (2009, p. 14) afirmam que a prática da Capoeira oferece uma experiência peculiar, pois traz na sua herança cultural e histórica uma rica oportunidade de experiência dentro da realidade nacional, pois requer baixos recursos financeiros e materiais e através de “[...] seus aspectos multifacetados e polivalentes, [...] a capoeira é compreendida como arte, dança, cultura, luta, arte marcial, jogo, esporte, música, folclore e filosofia” (LUSSAC; TUBINO, 2009, p. 14), sendo um grande fator de contribuição dos povos africanos na formação multicultural da sociedade brasileira.

4 CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS DA CAPOEIRA

Muitos educadores estão fazendo uso da Capoeira, conforme argumenta Souza *et al* (2012, p. 82), utilizando os conteúdos desta manifestação corporal de forma interdisciplinar, cruzando várias áreas de conhecimento como a História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Filosofia e a própria Educação Física. A respeito disso, estes autores afirmam que a Capoeira é capaz de construir conceitos de lealdade, disciplina e respeito, devido à dinâmica de sua práxis³⁰, desmitificando paradigmas da sociedade sobre a inferioridade da raça negra, se tornando uma ferramenta contra o racismo, o preconceito e a discriminação.

Em relação à apresentação deste conteúdo nas aulas de Educação Física, Silva (2011, p 900), destaca que no primeiro momento pode causar certo preconceito, mas “[...] devido às suas peculiaridades, esse sentimento pode ser dissipado a partir de uma vivência que favoreça a produção de sentidos e significados por parte de quem a estuda / pratica” (SILVA, 2011, p. 900).

A postura sustentada por Castro Junior (2003, p. 119) em relação a pratica da Capoeira na escola, se firma na seguinte citação:

A relação da capoeira com a escola é grande, porque a capoeira é um movimento do oprimido, é um movimento que, de alguma forma, surge no sentido de contrapor uma cultura eurocêntrica que chega ao país para impor valores morais e éticos discriminatório, colocando o índio e o negro em uma condição menor de culturalização. (CASTRO JUNIOR, 2003, p. 119).

³⁰ Para Castro Junior (2003, p. 107) a práxis capoeirana é uma estratégia pedagógica do ensino da capoeira, idealizada pelo Mestre João Pequeno, e constitui-se de atividades da Capoeira executados de forma livre, criativa, a qual seus praticantes produzem e transformam seu mundo, sua história e a si mesmos, a partir de dois momentos diferentes, mas integradores e complementares: os treinos de Capoeira e a Roda.

A inserção da Capoeira no ambiente escolar, mais especificamente na disciplina de Educação Física, é para Souza *et al* (2012, p. 82), um instrumento pedagógico que conduz nossos educadores (as) e alunos (as) na compreensão histórica da formação de sociedade. Além disso, estes autores afirmam que a prática da Capoeira conduz a caminhos que contribuem para a cidadania, através da tomada da consciência nacional dentro da ampla gama que a diversidade cultural brasileira proporcionar no campo educacional.

De acordo com Noronha e Pinto (2004, p. 125), as contribuições que a Capoeira pode trazer nas aulas de Educação Física escolar são:

- a) A valorização da ancestralidade africana, a partir de uma visão de mundo que busca a compreensão do ser humano enquanto totalidade e não fragmentando suas dimensões corporal, estética, produtiva, religiosa etc., visão que se materializa na roda de Capoeira;
- b) A forma de compreensão da organização de sua prática, a qual respeita uma hierarquia que se constrói com base na experiência de seu praticante, valorizando a sabedoria adquirida ao longo de sua prática, sendo esta reconhecida pela comunidade na qual está inserida, dispensando o uso de cordéis ou qualquer outra forma de graduação;
- c) A compreensão do jogo enquanto um momento de diálogo, no qual se estabelece uma relação de pergunta e resposta, respeitando os limites e possibilidades de cada um (a);
- d) A representação ritualística, musical e gestual, enquanto contribuição da expressão do legado africano à construção de uma consciência negra;
- e) O desenvolvimento de um sentimento de *pertencimento*, de forma a possibilitar a construção de uma relação de identidade entre seus praticantes, os quais se interagem a partir de ideais comuns, visando a uma ação coletiva. (NORONHA; PINTO, 2004, p. 125).

Outro aspecto levantado por Noronha e Pinto (2014, p. 126), é que devemos perceber a necessidade de uma compreensão das possibilidades pedagógicas da Capoeira nas aulas de Educação Física escolar. Segundo este autor, esta prática corporal age como promotora da inter-relação entre os elementos do universo simbólico- valorização da ancestralidade, hierarquia,

compreensão do jogo, representação ritualística e sentimento de pertencimento de seus praticantes, e da ordem concreta³¹ ao qual ela pertence.

Ao desencadear um processo de pensamento, reflexão e ação dos sujeitos que produzem cultura popular, Noronha e Pinto (2004, p. 127) destacam que é por meio de sua prática da Capoeira, sua história, seus movimentos e golpes, existe a possibilidade de ampliar seus referenciais sobre o mundo, valorizando aquilo que possui significado no seu cotidiano, enquanto importantes elementos de resistência e transformação da realidade social.

Ao considerarmos que a Educação Física pode assumir o papel de promover uma releitura de realidade, por meio de uma manifestação cultural popular e corporal, Silva (2011, p. 93) afirma que no “[...] processo de ensino-aprendizagem da Capoeira devemos levar em conta a ambiguidade desta manifestação cultural. As pessoas lutam, jogam, brincam, dançam Capoeira e isso faz do seu aprendizado algo bastante enriquecedor”. Essa manifestação cultural, segundo a autora, ainda pode trabalhar sua historicidade e contextualizá-la na sociedade.

Segundo Pereira Netto (2010, p. 5), a caracterização da Capoeira através do seu histórico até a atualidade faz-se necessário buscar um elo entre as concepções que ela apresenta com as perspectivas teórico-metodológicas da Educação Física, ajudando a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de sua condição histórica, que compreendam que são interventores na construção de sua própria realidade. Dessa forma podemos considerar que o professor de Educação Física seria apenas um mediador do grupo que, na roda de capoeira irá conduzir a aula de maneira que o aluno busque a todo o momento ser cada vez mais crítico e construtor de si mesmo.

Os PCNs (Brasil, 1997, p. 28) reforçam esta afirmação acima:

³¹ Segundo Noronha e Pinto (2004, p. 126), ao desencadear um processo de pensamento-reflexão- ação daqueles que produzem a cultura popular, percebem sua condição de sujeitos nesta produção de conhecimentos, possibilitando ampliarem suas referências sobre o mundo, valorizando aquilo que possui significado no seu cotidiano, enquanto importantes elementos de resistência e transformação da realidade social.

O professor é visto, então, como facilitador no processo de busca do conhecimento, que deve partir do aluno. Cabe ao professor organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características individuais dos alunos, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais. (BRASIL, 1997, p. 28).

Compreendemos que, com base no parágrafo anterior, ao assumir a postura de facilitador na busca do conhecimento, o professor deve valorizar e priorizar seus alunos (as) como indivíduos livres e ativos na sociedade. Dessa forma, o princípio da aprendizagem da Capoeira parte da descoberta e experiência vivenciada e individual de cada praticante, como cita Abib (2006, p. 89):

[...] aberto às influências e inventividades, quando o aluno, através dos toques e dicas do mestre que acompanha atento o seu desenvolvimento, dos conselhos de outros camaradas da roda ou por si próprio, ia descobrindo as articulações, truques e manhas do jogo. A partir de então, ele começava a moldar o seu jeito de jogar. E começava a aprender algo mais sobre a vida. (ABIB, 2006, p. 89),

Para Castro Junior (2003, p. 14), a Capoeira reúne todos os instrumentos para a educação escolar como a música, o ritmo, a expressividade e a pluralidade de manifestações culturais e corporais, pois as possibilidades do corpo humano por meio dessa prática são inúmeras. Segundo este autor, não há com praticar a Capoeira sem existir a afetividade, pois nesta atividade o contato corporal é constante, e isto deve ser compreendido como uma qualidade fundamental. De acordo com este autor, “[...] na capoeira, é essencial o contato do corpo com o outro através do toque, do abraço, do apertar a mão [...]” (CASTRO JUNIOR, 2003, p. 121).

Ao defender que a relação entre professor (a) e aluno (a) deve ter como base o respeito às temporalidade e limites de cada aluno (a), Castro

Junior (2003, p. 128-129) enfatiza as práticas corporais da Capoeira são necessárias para a Educação Física com a seguinte afirmação:

Não é a simples mecanização dos movimentos pelos alunos levando à exaustiva repetição, e sim a repetição dos movimentos em constante processo de descobertas e novas aquisições; considerar as heterogeneidades de ritmos, biótipos e faixas etárias valorizando, as potencialidades que cada indivíduo tem de aprender e procurando (re) significar os conhecimentos vividos na aula; valorizar as tradições culturais afirmando sua cultura; englobar as diversas formas de transmissão (a roda de capoeira, as brincadeiras, as danças, o teatro e as estórias ou os contos), considerando a multiplicidade estética do fazer artístico e cultural. (CASTRO JUNIOR, 2003, p.128-129)

A “[...] forma orgânica e organizacional do encontro de educador e educando” (CASTRO JUNIOR, 2003, p. 127), é explicada pelo autor:

Orgânica porque representa o próprio corpo em plena expressividade e expansão (o corpo, no estado mais primitivo da sua expressão dançando, jogando, lutando e brincando). Organizacional porque as regras são instituídas no coletivo, para que haja uma relação de troca sem negar as singularidades de um sujeito que faz parte de um grupo como todo; seriam as "obrigações" de cada participante em zelar pelo cumprimento das normas e no estado de diálogo constante do grupo. (CASTRO JUNIOR, 2003, p. 127)

Ao observar que a prática esportiva está sujeita ao esforço físico orientado, submissão a regras e objetivos, Bonfim (2010, p. 1-2) afirma que os benefícios em relação à formação do indivíduo são inerentes, pois o aluno deve ser levado a se conscientizar de que possui um corpo e ao se movimentar deve reconhecer e dominar-se. Dessa forma, a Capoeira torna-se fundamental na educação do aluno no momento em que há a descoberta do próprio corpo, como um instrumento de comunicação com seus semelhantes, reconhecimento e análise crítica de suas possibilidades e limites, melhorando o convívio social.

Para Castro Junior (2003, p. 142), dentro do âmbito escolar surge um debate sobre “[...] quem deveria trabalhar com a capoeira dentro da escola, o professor de Educação Física ou o Mestre de capoeira [...]” (CASTRO JUNIOR,

2003, p. 142). Segundo este autor, esta discussão se baseia na ideologia dominante / dominado, provocando rivalidade entre estes dois grupos que caba não trazendo nenhum benefício. Para este autor, deveria haver uma coletividade, sem desqualificar nenhuma das classes, sem provocar disputar de espaços. Castro Junior (2003, p. 142) completa que “não podemos ficar na aparência do problema, mas buscar sua essência, pois é a partir daí que teremos de fato uma relação recíproca entre os dois grupos” (CASTRO JUNIOR, 2003, p.142).

Como conteúdo da Educação Física Escola, a Capoeira, segundo Silva (2011, p. 901) torna-se um instrumento de viabilidade crítica do papel da sociedade brasileira capitalista e excludente, que aponta para um paradigma predominante de liberdade individual em detrimento a outros princípios, como a cidadania e a igualdade de direitos do cidadão.

Existem diferenças pedagógicas no processo de ensino/aprendizagem que, segundo Castro Junior (2003, p. 142) deve levar-se em conta as diferenças sociais, geográficas, culturais, etc., porém este autor defende que ao “[...] encontramos diferenças significativas, no entanto não cabe a nós o papel de valorizar um fazer em detrimento do outro, mas de entendê-los dentro da dinâmica social que cada espaço tem de ter” (CASTRO JUNIOR, 2003, p. 142).

Neste contexto, Silva (2011, p.901) enfatiza:

Por fim, vemos que a Capoeira pode ser ensinada e apreendida, com base nas interações gestuais, configurando um tipo de linguagem, inserida em determinado contexto social e histórico. Cada jogada, cada gesto e resposta gestual ganha um diferente sentido e significado expressados por meio dos corpos que travam diálogos diferentes, próprios e singulares. (SILVA, 2011, p. 901).

4.1 A CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

A efetivação da Capoeira nas aulas de Educação Física, segundo Bonfim (2010, p. 2) torna-se significativa, não apenas como uma atividade esportiva, mas como promotor de socialização e igualdade racial. No entendimento deste autor, a Capoeira colabora na integração do ser humano com seus semelhantes e, sendo fruto das práticas corporais e culturais dos povos africanos no Brasil, atende aos anseios da Lei 10.639/03, ao objetivar valorizar as práticas culturais da comunidade negra em nosso país.

Com a sanção da Lei 10.639/03 e da Resolução CNE/CP/2004³², Bonfim (2010, p. 2) afirma que é fundamental como forma de “reparação humanitária do povo negro brasileiro” (BONFIM, 2010, p. 2). O referido autor relata que com a publicação da lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer CNE/CP 3/2004³³, instituiu-se as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino de diferentes modalidades e níveis. Este autor referenciado destaca que cabe aos sistemas de ensino orientar e promover a formação dos educadores, como também supervisionar o cumprimento dessas diretrizes.

Ao afirmar que “[...] o caráter da lei é plural” Bonfim (2010, p. 3) deixa bem claro que é a comunidade escolar (professores, gestores, funcionários e estudantes) deve superar o racismo que ainda permanece acerca da comunidade negra no Brasil quando se tenta firmar a aplicação da Lei 10.639/03 na escola.

³² A Resolução CNE/CP nº 01 de 2004 institui, segundo o MEC (Brasil, 2004), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que são o instrumento legal que orientam para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, em seu artigo 26-A, tornando obrigatório o ensino de história e cultura e afro-brasileira e africana na educação brasileira.

³³ O MEC (Brasil, 2004) este parecer estabelece as orientações acerca dos conteúdos a serem incluídas e trabalhadas, como também as modificações necessárias nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Acerca da importância do professor de Educação Física, Bonfim (2010, p. 3), afirma:

O educador físico possui a prerrogativa de trabalhar o aluno na sua totalidade, intelecto, físico e psicológico [...] levando em conta a práxis pedagógica a qual congrega teoria, no caso, conhecimento da história africana e afro-brasileira, e empírica, concretização das práticas culturais através, por exemplo, do exercício da Capoeira, da vivência palpável e concreta. (BONFIM, 2010, p. 3).

Dessa forma entendemos que, para a Educação Física ser promotora da aplicação da Lei 10.639/03 por intermédio da Capoeira, o educador físico deve “[...] congregar os saberes originalmente africanos e transformá-los em instrumento promotor da superação e preconceito.” (BONFIM, 2010, p. 3).

Desta forma, existe uma necessidade de envolvimento e comprometimento do professor com os conteúdos teóricos necessários, que contribuam para a formação desse profissional no que diz respeito aos conhecimentos culturais e históricos dos povos africanos e afro-brasileiros, conforme enfatiza Bonfim (2010, p. 3).

De acordo com os PCNs (Brasil, 1997, p. 22) “O trabalho na área da Educação Física tem seus fundamentos nas concepções de corpo e movimento”. Notamos nesta frase uma profunda semelhança desse conceito com a cultura africana, na qual a valorização do corpo é uma perspectiva fundamental, pois nele se assenta todo um aparato de sentidos e significações.

Ao afirmar que “[...] simbolizar os homens, isto é, atribuir significados a palavras, gestos, comportamentos, símbolos gráficos, desenhos, sons e muitas outras coisas são compartilhados” (SOUZA, 2006, p. 87), esta autora contextualiza que, na visão de mundo para a cultura africana, há uma abertura para o mundo, para vida e o semelhante, assim todo o ecossistema ao qual o ser humano está envolvido tem uma forte ligação corporal com a cultura africana, chegando a ter ligação com o mundo espiritual.

Com base nos conceitos anteriormente citados por de Castro Junior (2003, p. 121), Noronha e Pinto (2004, p. 125) e Abib (2006, p. 89), estes autores enfatizam que, numa Roda de Capoeira, todos aqueles que participam

se colocam como parceiros, respeitando os preceitos da roda, a qual representa a criação do mundo e a horizontalidade nas relações humanas, com reconhecimento de todas as culturas relacionadas.

Bonfim (2010, p. 2) conclui:

A prática da Capoeira não se restringe a mais uma atividade física dentro da escola, somos necessariamente levados a debater o seu teor político, socializador e promotor da igualdade racial, na medida em que promove a integração dos sujeitos numa perspectiva homogeneia e harmoniosa consigo e com o próximo. (BONFIM, 2010, p. 2).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração desta pesquisa observamos, por meio do levantamento bibliográfico, que a Capoeira tem ocupado cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física, atividade extracurricular ou manifestações/apresentações em datas comemorativas. Mas com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei 10.639/03, essa modalidade pode ser contemplada de forma mais concreta, legítima e completa, bem como seus conteúdos como música, jogo, dança, história e cultura.

A Educação Física vem passando por profundas transformações, e o trabalho voltado à corporeidade parece ser a forma mais completa ao se tratar do ser humano. Desvincular-se do mecanicismo, das repetições de gestos sem sentido ou do esporte de rendimento, que foram referência para a Educação Física durante muitas décadas, pode servir para envolver as atividades que ela trabalha no ambiente escolar.

A Capoeira, enquanto conteúdo previsto nas aulas de Educação Física, pode servir de instrumento facilitador para abranger a Lei nº 10.639/03 e de forma interdisciplinar trabalhar os conteúdos de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Artes e Cultura Africana.

Mesmo que o educador físico não domine essa manifestação corporal, o professor de Educação Física, ao assumir o papel de mestre de Capoeira, deve ser apenas um mediador do grupo. Dessa forma subentendemos que o educador físico não precisa ser necessariamente um mestre ou dominar profundamente os fundamentos da Capoeira para trabalhar esse conteúdo tão rico e amplo no ambiente escolar.

Compreendemos que nesse sentido a Capoeira, quando valoriza a ancestralidade, a história da população afro-brasileira e africana, propõe um ambiente propício à superação da discriminação, promovendo igualdade de conhecimentos, na medida em que a Roda de Capoeira todos têm sua importância: mestre, iniciante ou iniciado.

A Capoeira serve de instrumento mediador na compreensão da corporeidade e construção da imagem corporal do aluno (a), por meio da educação pelo movimento, estabelecendo uma valorização das dimensões e capacidades humanas, libertando-se de antigos paradigmas da Educação Física e, por essa compreensão de corpo, lutar por uma libertação do ser humano em nossa sociedade, criando uma consciência crítica, de diálogo e humanística.

Na compreensão e construção da imagem corporal, usando a Capoeira como forma de educação pelo movimento, suas manifestações por meio das experiências vivenciadas e nas relações estabelecidas com o semelhante e o mundo que nos cerca, podemos alcançar o sentido da corporeidade.

Pela diversidade na formação cultural da nossa sociedade, não temos como objetivo final retratar a Capoeira como a solução dos problemas encontrados no ambiente escolar, mas promover uma reflexão sobre a trajetória dessa manifestação corporal, de seus valores e suas contribuições, que possam servir de instrumento mediador para contribuir na formação dos nossos (as) alunos (as).

Dessa maneira, com toda a gama e diversidade de suas dinâmicas corporais, culturais e lúdicas, é um instrumento facilitador da educação através da compreensão da corporeidade, mesmo que o professor não domine profundamente este conteúdo. É com iniciativa e coragem que devemos abordar um tema ainda polêmico e carregado de preconceitos pela nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Os velhos capoeiras ensinam pegando na mão. **Cad. Cedes**, ISSN 0101-3262, abr. 2006, v. 26, n. 68, p. 86-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04/07/2015.

ADORNO, Camille. **A arte da capoeira**. E-book: Goiânia, GO. 1987. Disponível em: <http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/aartedacapoeira.pdf>. Acesso em 05/07/2015.

ALBUQUERQUE, Luis Rogério. A Constituição Histórica da Educação Física no Brasil e os Processos da Formação Profissional. **In IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. PUCPR- Curitiba/PR. 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2934_1277.pdf>. Acesso em 02/10/2015.

ALMEIDA, Admilson Gonçalves de. **Corpo e a educação física: um debate sobre a visão dualista**. Dissertação (Mestrado em Educação Física), UNIMEP- Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo, 2003. Disponível em <<http://www.listasconfef.org.br/comunicacao/Dissertacoes/ADMILSON-GONCALVES-ALMEIDA.pdf>>. Acesso em 06/07/2015.

ANDRADE, Bruno A. **O Balanço da Capoeira na Sociedade Brasileira**. Revista Repertório: teatro e dança. Ano 14, n. 17, p. 36-39, 2011. Salvador. Disponível em <www.portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/5725/4132>. Acesso em 02/10/2015.

ARAÚJO, Paulo Coelho de; JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo. **A Luta da capoeira: reflexões acerca da sua origem**. Revista Brasileira de Ciências da Saúde. Ano III, n. 9, jul./set. 2006.

BARRETO, Nivaldo de Souza. **O Desafio de Utilizar o Esporte como Conteúdo Didático-Pedagógico nas Aulas de Educação Física**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná: PDE- Programa de Desenvolvimento Educacional. Guarapuava- PR. 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1117-2.pdf>>. Acesso em 02/10/2015.

BERTAZZOLI, Breno Fiori *et al.* **Uma abordagem pedagógica para a capoeira**. Movimento- Revista da Escola de Educação Física da UFRGS, v. 14, n. 2, p. 207-229. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2069/3348>>. Acesso em: 4/02/2015.

BOLINO, Claudete. Educação Física Escolar: primeiros tempos. Sociedade Brasileira de Educação, **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, PUCPR- Curitiba/PR, 2004. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/109.pdf>>. Acesso em 04/10/2015.

BONFIM, Genilson Cesar Soares. A prática da capoeira na educação física e sua contribuição para a aplicação da Lei 10.639 no ambiente escolar: a capoeira como meio de inclusão social e da cidadania. In: **III Congresso Nordeste de Ciências do Esporte**. 2010. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conece/3conece/paper/view/2379/975>>. Acesso em: 04/02/2015.

BONFIM, Tânia Regina. **Corporeidade e Educação Física**. Revista Fafibe online, Ano 1- n.1- julho de 2005. Disponível em <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/9/18052011140424.pdf>. Acesso em 1º/10/2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 19 de maio de 2004. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 08/10/2015.

BRASIL. Lei Federal n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 19/04/2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Dossiê Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf>. Acesso em 19/10/2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>>. Acesso em 19/04/2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional. **Parecer Técnico 0523/2013- Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009 (PL nº 7.150, de 2002, na origem) de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de Capoeira e dá outras providências**. Em 11/12/2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20131206_Capoeira_Maria_Paula_IPHAN.pdf>. acesso em 19/10/2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Roda de Capoeira recebe título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. Em 26 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1230742>. Acesso em 05/10/2015.

CAMPOS, Hélio José Bastos Carneiro. **Capoeira e Educação Física: um resgate histórico**. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade. v. 4, n. 2, 2015. Disponível em <www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/index>. Acesso em 1º/10/2015.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola: a Educação Física como componente curricular**. Campinas, SP. 2ª ed. 2005.

CARVALHO, Célio da Cunha. **A psicomotricidade através da capoeira e contribuição para aplicação da Lei 10639/03 no ensino fundamental – séries iniciais**. Monografia de Especialização (Motricidade Humana e Recreação com Ênfase em Educação Infantil)- Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena- AJES. Araputanga/MT. 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20130813172550.pdf>. Acesso em 05/02/2015.

CASTRO JUNIOR, Luiz Victor. **A pedagogia da capoeira: olhares (ou toques?) cruzados de velhos mestres e de professores de educação física**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2003. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/a-pedagogia-capoeira-olhares-toques-cruzados-velhos-mestres-de-professores-educacao-fisica>>. Acesso em: 12/12/2014.

DARIDO, Suraya Cristina *et al.* **A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais**. Disponível em: <<http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/corpusetscientia/article/download/49/249>>. Acesso em 10/01/2015.

FALCÃO, Jorge Luiz Cirqueira. **A escolarização da capoeira**. Brasília: Asepe-Royal Court, 1996.

_____. O jogo da capoeira em jogo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 59-74, jan. 2006.

FERREINA NETO, José Olímpio; CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Capoeira, Patrimônio Cultural Imaterial: críticas e reflexões**. Políticas Culturais em Revista, v. 8, n. 1, p. 6-21, 2013. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6986/6067>>. Acesso em 08/10/2015.

FREITAS, Jorge Luiz de. **A prática pedagógica da disciplina de capoeira na educação superior e a sua contribuição para a formação do futuro docente**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, Paraná, 2006.

GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. 1ª ed. em e-book: RocketEdition. Janeiro de 2005. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acesso em 22/10/2015.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo. Capoeira: configurações e dinâmicas contemporâneas. **Revista Estação Científica**, ISSN 1809-046X, ed. 1, ago. 2005. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3346573/1-capoeira-configuracoes-dinamicas-contemporaneas.pdf>>. Acesso em: 03/02/2015.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto; TUBINO, Manoel José Gomes. Capoeira: a história e a trajetória de um patrimônio cultural do Brasil. **Revista de Educação Física da UEM**, Maringá/PR. v. 20, n. 1, p. 7-16, 1º trim. 2009.

MACHADO, Filipi Caetano de Leucas. **A Educação Física e suas Concepções Pedagógicas: um diálogo entre as teorias que fundamentam a Educação Física escolar e a forma como estas acontecem na prática.** Monografia de Conclusão de Curso para obtenção do Título de Licenciatura em Educação Física. UFMG- Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional, Belo Horizonte/ MG. 2011. Disponível em <<http://www.eeffto.ufmg.br/biblioteca/1899.pdf>>. Acesso em 03/10/2015.

MACUL, Marcus Vinícius Santana. Capoeira: luta de resistência à violência. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRural RJ – 2º Seminário**, Tema: Violência – Aspectos psicossociais. ISSN 1983- 5507. v. 1, n. 2, dez. 2008, p. 50-74. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/seminariopsi/2008/boletim/pdf/Artigo%20Marcus%20Macul.pdf>>. Acesso em 02/04/2015.

MADLENER, Francis; PEREIRA NETTO, Nilo Silva. Experiência Crítico-Superadora: um relato acerca do trabalho pedagógico em educação física no ensino fundamental da Rede Estadual do Paraná. In: IX Congresso Nacional de Educação– EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Paraná. **Anais do V Congresso Sul brasileiro de Ciências do Esporte.** Univale, Itajaí, Santa Catarina, 23 a 25 set. 2010. p. 7212-7223. Disponível em <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/sulbrasileiro/vcsbce/paper/viewFile/2133/1064>>. Acesso em 04/05/2015.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico; MILESKI, Keros Gustavo. Concepções de “corpo” na educação física: apontamentos históricos. In: **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** Caxias do Sul/RS. 29 jul. a 1º de ago. 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3129/64>>. Acesso em 18/01/2015.

MEDINA, João Paulo Sabirá. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**: bases para a renovação e transformação da educação física. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1987.

METZNER, Andréia Cristina; RODRIGUES, Wallace Anderson. **Educação Física Brasileira: do Brasil império até os dias atuais**. Revista FAFIBE ONLINE. Ano 4- n. 4, março de 2011. Disponível em <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011212850.pdf>>. Acesso em 1º/10/2015.

MONTEIRO, Alessandra Andrea. **Corporeidade e educação física: histórias que não se contam na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/118.pdf>. Acesso em 02/04/2015.

NORONHA, Flávia Dayana Almeida; PINTO, Rúbia-Mar Nunes. Capoeira nas aulas de educação física: uma proposta de intervenção. **Revista Pensar a Prática**. Periódico Científico da Faculdade de Educação Física e Dança- UFG, Goiás/GO. v. 7, n. 2, p. 122-138, jul./dez. 2004. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/16059/9845>>. Acesso em 03/04/2015.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero – Ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: Edufba, 2009.

PENTEADO JUNIOR, Wilson Rogério. **Capoeira e Cidadania: um estudo da prática capoeirística e a sua aplicação em projetos sócio-educacionais na cidade de Campinas-SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. Disponível em:

<<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d43-wjunior.pdf>>. Acesso em 18/01/2015.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/46/04-reginaldo.pdf>>. Acesso em 21/09/2015.

REIS, André Luiz Teixeira. **Educação física e capoeira**: saúde e qualidade de vida. Brasília: Thesaurus, 2001.

SANTOS, Wesley Rosa dos; ROCHA, Edson Leonel; VIEIRA, Ranier Beraldo. **Abadá capoeira**: origem, história e inclusão social. Disponível em: <<http://www.cref14.org.br/artigo.php>>. Acesso em 18/01/2015.

SILVA, Ádria Paulino; PEREIRA FILHO, Ednaldo. A Lei 10.639/03 na compreensão de professores de educação física: estudo de caso da escola municipal de São Leopoldo-RS. **Identidade!** Periódico do Grupo Identidade das Faculdades EST/IECLB. v. 18, n. 3. 2013. São Leopoldo/ RS Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/1176/1139>>. Acesso em 23/01/2015.

SILVA, Jorge Silveira; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. **A prática da Capoeira enquanto patrimônio cultural: Trajetórias afro-descendentes e multiculturais no Brasil**. in Estudos Históricos– CDHRPyB. Ano 6. Julho 2014. Nº 12 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguai. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/12/A%20Capoeira%20enquanto%20patrimonio%20cultural%20brasileiro%20Jorge%20Silva.pdf>>. Acesso em 23/10/2015.

SILVA, Luciana Colares. **Pesquisa na Área de Educação Física Escolar nos Principais Congressos de Educação Física no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física). UNIR- Porto Velho/ RO. 2010. Disponível em: <

http://www.def.unir.br/downloads/1253_pesquisa_na_area_da_educacao_fisica_escolar_nos_principais_c.pdf>. Acesso em 03/10/2015.

SILVA, Paula Cristina da Costa. Capoeira nas aulas de educação física: alguns apontamentos sobre o processo ensino-aprendizado de professores. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, Florianópolis/ SC, v. 33, n. 4, p. 889-903, out./dez. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n4/a07v33n4.pdf>>. Acesso em 14/08/2014.

SILVA, Sonaly Torres da. **Capoeira: movimento e malícia em jogos de poder e resistência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte/ MG, 2007. Disponível em <http://www.pucminas.br/documentos/dissertacoes_sonaly_silva.pdf>. Acesso em 04/01/2015.

SOUZA, Fábio Penteado de; SOUZA, Maria Ivonete de; TROIAN, Maria Luiza. **Capoeira: contribuições pedagógicas para educação e inclusão curricular na escola municipal de educação básica Sadao Watanabe em Sinop-MT**. Revista Eventos Pedagógicos v.3, n.3, p. 80 – 90. Ago / Dez. 2012 UNEMAT- Campus Universitário de Sinop, MT Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/972/655>>. Acesso em 23/01/2015.

SOUZA, Janaina de. **História da Capoeira no Brasil e seu Aspecto Jurídico: da marginalização a patrimônio cultura**. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Direito). ISULPAR- Instituto Superior do Litoral do Paraná, Paranaguá/ PR, 2013. Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj041846.pdf>>. Acesso em 18/10/2015.

SOUZA, Mariana de Melo e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2006.

STOTZ, Marcelo Backes Navarro; FALCÃO, José Luiz Cirqueira. Ritmo e rebeldia em Jogo: só na luta da capoeira se canta e dança? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 95-110, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v34n1/v34n1a08.pdf>>. Acesso em 18/03/2014.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola – Ensaio socioetnográfico**. Salvador: Itapoan/Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. 400p.

VELOZO, Emerson Luís. Educação Física, Ciência e Cultura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 79-93, maio de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v31n3/v31n3a06.pdf>>. Acesso em 04/10/2010.